



ESTUDOS PRELIMINARES - PRE/DG/SGS/COSAD/SEMAV

1. DADOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

SEI: 0018800-17.2025.6.05.8000

Unidade Demandante: SGS/COSAD/SEMAV

Item do PLANCONT: NÃO CONSTA

2. OBJETO

2.1. Natureza do objeto:

Locação de 04 veículos para recomposição da frota do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia - TRE-BA pelo período de 02 anos.

2.2. Descrição sucinta do objeto:

Locação mensal de 04 veículos, com a seguintes características:

Item 01 - Locação mensal de 02 (dois) veículos sedan médio, tipo executivo, sem motorista, novo ou seminovo com no máximo 02 anos de uso no momento do início do serviço, 04 (quatro) portas, potência mínima de 122 cv, ar-condicionado, quente e frio, direção elétrica ou eletroassistida, transmissão automática, air bags frontais para motorista e passageiro, air bags laterais, freio a disco nas quatro rodas, combustível híbrido, rodas aro 16 ou superior;

Item 02 - Locação mensal de 02 (dois) veículos utilitários, tipo pick-up cabine dupla, sem motorista, novo ou seminovo com no máximo 02 anos de uso no momento do início do serviço; combustível diesel; potência mínima de 200cv (ABNT). Sistema de direção hidráulico ou elétrico. Transmissão automática.

3. JUSTIFICATIVA

O procedimento em apreço visa substituir 04 veículos que foram incluídos no contrato 34/2024 (SEI 0006229-48.2024.6.05.8000) através dos termos aditivos 1º (doc. 3026222) e 2º (doc. 3114808). Embora a referida avença tenha sido prorrogada até o dia 29/05/2025, os veículos que foram aditivados só poderão permanecer até o dia 29/05/2026, por falta margem contratual.

Considerando a importância dos automóveis para a logística do Órgão, uma vez que são destinados ao transporte de Membros da Corte, torna-se necessária a deflagração de novo procedimento licitatório para promoção da referida recomposição.

4. HISTÓRICO

() Não há histórico de contratações do mesmo objeto.

(x) Há histórico.

Indicar os números dos processos das contratações anteriores:

SEI nº 0006229-48.2024.6.05.8000

5. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

(x) Prestar serviço de qualidade ao público

() Fortalecer a relação institucional com a sociedade

() Fomentar a educação para a cidadania

() Aumentar a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional

() Combater a corrupção e a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais

(x) Aperfeiçoar a governança e gestão administrativa

() Melhorar a comunicação administrativa

() Promover a sustentabilidade ambiental

() Aprimorar a gestão de pessoas

() Promover a melhoria contínua de governança e da gestão de TIC

(x) Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira

() Melhoria e adequação das condições de segurança do trabalho no TRE-BA

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Locação mensal de 04 veículos, sendo 02 (dois) veículos sedan médio e 02 (dois) veículos utilitários, tipo pick-up cabine dupla.

7. REQUISITOS DA AQUISIÇÃO

7.1. A aquisição envolve algum serviço acessório?

- ☒ Não
☐ Sim

Indicar qual:

7.2. Será utilizado o Sistema de Registro de Preços?

- ☒ Não
☐ Sim

Se sim, indique em qual(is) hipótese(s) a justificativa se enquadra:

- ☐ Pelas características do bem, há necessidade de contratações frequentes.
☐ É conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas.
☐ É conveniente a aquisição de bens para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo
☐ Pela natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

7.3. Há Ata de Registro de Preços (ARP) vigente para o mesmo objeto?

- ☒ Não
☐ Sim

Informe o nº da ARP e o termo final, e o nº do SEI da Ata:

7.4. Verificou-se a existência de Intenção de Registro de Preços (IRP) divulgada ou de ARP vigente de outro órgão federal e, em sendo permita a participação ou adesão, se seria tecnicamente adequada e economicamente vantajosa para o Tribunal?

☒ Não

☐ Sim

Informe o nº da IRP ou da ARP, e o órgão de origem, devendo anexar ao processo cópia do edital, do termo de referência e da Ata:

7.5. Além da garantia legal, será exigida garantia adicional?

☐ Não. Será exigida somente a garantia legal (prevista nos arts. 24 e 26 do Código de Defesa do Consumidor, a qual independe de termo expresso).

☐ Sim.

Indicar qual:

☐ Garantia de fábrica, cuja vigência começa a partir da data do recebimento definitivo do bem, com o prazo e condições impostas pelo fabricante, normalmente estabelecida no "termo de garantia" que já vem com o produto. É complementar à legal.

☒ Garantia contratual, decorrente da necessidade de suporte técnico diferenciado a ser prestado pela contratada por meio da celebração de contrato.

Justificar a necessidade de garantia contratual:

7.6. Haverá indicação de marca e/ou modelo?

- ☒ Não
☐ Sim

Se sim, indique em qual(is) hipótese(s) do art. 41 da Lei nº 14.1333/2021 a necessidade se enquadra:

☐ Em decorrência da necessidade de padronização do objeto.

☐ Em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração.

☐ Quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do Tribunal.

☐ Quando a descrição do objeto a ser contratado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servirem apenas como referência.

Justificar:

7.7. Será necessário apresentar prova ou amostra?

- ☒ Não
☐ Sim. Será necessário apresentar prova.
☐ Sim. Será necessário apresentar amostra.

Justificar a exigência de amostra:

7.8. Será necessário apresentar laudo ou certificação?

Há outros meios aptos à comprovação do cumprimento dos requisitos das normas técnicas que não seja a certificação, uma vez que o fornecedor não está obrigado a ser certificado?

- ☐ Sim
☐ Não
☒ Não se aplica

A exigência visa à aquisição de produtos que atendam às normas técnicas mínimas que garantam a qualidade, durabilidade, resistência, segurança, funcionalidade, sustentabilidade ambiental, a justificar suposta restrição?

- ☐ Sim
☐ Não

A exigência de certificação afastará um quantitativo considerável de licitantes conforme a realidade do mercado?
Não se aplica.

- ☐ Sim
☐ Não

Justificar a exigência:
Não se aplica

7.9. Há legislação específica aplicável ao objeto?

- ☒ Não
☐ Sim

Indicar a legislação:

7.10. Será exigida comprovação de habilitação jurídica específica para fornecimento do objeto?

- ☒ Não
☐ Sim. Será exigida comprovação de habilitação jurídica.

Indicar a exigência, o documento e a legislação que a disciplina:

7.11. Será exigida comprovação de capacidade técnica para fornecimento do objeto?

- ☐ Não
☒ Sim. Será exigida comprovação de capacidade técnica, mediante apresentação de atestado.

Justificar:

7.12. Na especificação do objeto levou-se em consideração algum critério ou prática sustentável?

- ☒ Há previsão de critério ou prática sustentável.
Descrever os critérios adotados:

- Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- Uso de inovações que reduzem a pressão sobre recursos naturais.
- Critérios de sustentabilidade: Os veículos a serem adquiridos deverão observar os preceitos do disposto na Instrução Norma SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010 e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
Os veículos automotores ofertados deverão atender aos limites máximos de ruídos, fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata; e aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento, fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986 e complementações e alterações supervenientes.
- Artigo 5º, inciso IV da Resolução CNJ n. 283/2024, de 13 de novembro de 2024 (transporte sustentável): aquisição de veículos elétricos ou híbridos, abastecimento preferencial da frota com etanol, incentivo à mobilidade sustentável (bicicletas, caronas, infraestrutura para veículos elétricos etc.).

7.13. Análise da divisibilidade da solução e forma de adjudicação

☐ É possível a contratação da solução de forma divisível (em itens), sem que haja prejuízo quanto aos aspectos técnicos, econômicos e de competitividade.

☒ Todos os itens da solução devem ser agrupados em lotes para fornecimento por um único fornecedor.

Justificar o agrupamento em lotes: Parece-nos que o agrupamento em lote único se justifica por se tratar de um único serviço para reposição da frota de veículos deste Tribunal, evitando-se risco de contratações diversas que possam acarretar a ausência de cobertura necessária em caso de inexecução em um dos contratos, possibilitando um melhor gerenciamento

7.14. Há necessidade de adequação do ambiente do Tribunal para recebimento da solução a ser contratada?

☒) Não

☐) Sim

Listar as providências necessárias:

8. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO NA LICITAÇÃO

Trata-se de licitação complexa ou de elevado vulto a dificultar a participação de empresas individualmente, sobretudo as de pequeno porte?

☐) Sim

☒) Não

Qualquer empresa, mesmo as de pequeno e médio porte, pode fornecer/executar o objeto?

☒) Sim

☐) Não

É comum no mercado a existência de empresas com capacidade técnica e financeira para, isoladamente, fornecerem o produto licitado?

☒) Sim

☐) Não

Conclusão:

☐) Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

☒) Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO

☐) A unidade solicitante não encontrou outras soluções de mercado capazes de atender a todas as necessidades demandadas para resolução do problema ou alcance do objetivo esperado.

☒) Há outras soluções de mercado que atendem às necessidades demandadas para resolução do problema ou alcance do objetivo esperado.

9.1. Descrever aqui as soluções encontradas:

Solução 1: Locação mensal do veículo.

Solução 2: Aquisição mediante procedimento licitatório.

9.2. Informar os motivos que levaram à escolha da solução a ser contratada, fazendo um comparativo com as demais alternativas encontradas, quando houver, inclusive quanto aos preços:

ITEM 01: locação mensal de 02 (dois) veículos sedan médio

Abaixo segue o levantamento atualizado, considerando 0 km ou seminovos com até 2 anos no início do serviço, sedan médio/executivo, combustível híbrido, automático e com todos os itens obrigatórios listados:

- Toyota Corolla Hybrid (Flex);

- Honda Civic e:HEV;

- Lexus ES 300h.

Estimativa de custo de locação anual (12 meses) por modelo para o município de Salvador-BA é o seguinte:

- Toyota Corolla Hybrid: R\$ 48.000,00;

- Honda Civic e:HEV: R\$ 57.600,00;

- Lexus ES 300h: 78.000,00.

A estimativa do custo de aquisição por modelo no Brasil é a seguinte:

- Toyota Corolla Hybrid: R\$ 190.000,00;

- Honda Civic e:HEV: R\$ 260.000,00;

- Lexus ES 300h: R\$ 360.000,00.

Com base nos valores acima, optamos por concentrar nossa análise no Toyota Corolla Hybrid por ser o modelo que reúne atendimento integral às especificações técnicas com menor custo global, ampla disponibilidade no mercado nacional, custos de manutenção previsíveis e menor risco de depreciação, configurando-se como a alternativa de melhor custo-benefício para a Administração.

A análise comparativa entre a locação por 02 (dois) anos e a aquisição do veículo Toyota Corolla Hybrid zero quilômetro evidencia que os custos estimados das duas modalidades são aproximadamente equivalentes, em torno de R\$ 92.000,00 para a aquisição e R\$ 96.000,00 para a locação, não sendo a diferença nominal suficiente para caracterizar vantagem econômica relevante da compra, sobretudo diante dos ônus administrativos e patrimoniais, bem como das dificuldades legais e procedimentais para alienação do bem. Ademais, a necessidade de substituição dos veículos destinados ao transporte de autoridade após dois anos decorre da elevada quilometragem média mensal de cerca de 2.500 km, que resulta em aproximadamente 60.000 km no período, ocasionando desgaste acelerado, maior risco de manutenções corretivas e redução da confiabilidade e disponibilidade exigidas para o serviço. Nesse contexto, a locação mostra-se mais adequada por permitir a substituição simples e imediata do veículo, sem incorporação ao patrimônio público,

transferindo à contratada os riscos de desvalorização e obsolescência e assegurando previsibilidade de custos, flexibilidade administrativa e continuidade do serviço, atendendo de forma mais eficiente ao interesse público.

ITEM 02: locação mensal de 02 (dois) veículos utilitários, tipo pick-up cabine dupla.

Durante realização do estudos, verificamos que os modelos híbridos disponíveis no mercado nacional, como a **Ford Maverick Hybrid** e a **BYD Shark**, utilizam exclusivamente motor a gasolina/elétrico, sem possibilidade de abastecimento com álcool, em desacordo com norma interna do órgão. Assim, a opção por modelo abastecida a diesel apresenta-se como a alternativa tecnicamente mais viável por ampliar as opções disponíveis no mercado.

Abaixo segue o levantamento atualizado, considerando 0 km ou seminovos com até 2 anos no início do serviço:

- Chevrolet S10 Cabine Dupla;
- Ford Ranger (diesel);
- Toyota Hilux Cabine Dupla;
- Volkswagen Amarok.

Estimativa de custo de locação anual (12 meses) por modelo para o município de Salvador-BA é o seguinte:

- Chevrolet S10 Cabine Dupla: R\$ 132.000,00;
- Ford Ranger (diesel): 144.000,00;
- Toyota Hilux Cabine Dupla: 144.000,00;
- Volkswagen Amarok: 156.000,00.

Valor médio anual de locação: R\$ 144.000,00.

A estimativa do custo de aquisição por modelo no Brasil é a seguinte:

- Chevrolet S10 Cabine Dupla: R\$ 255.000,00;
- Ford Ranger (diesel): R\$ 290.000,00;
- Toyota Hilux Cabine Dupla: R\$ 251.000,00;
- Volkswagen Amarok: R\$ 314.000,00.

Valor médio de aquisição: R\$ 277.500,00.

Comparativo de Custos entre a locação e a aquisição:

Base de cálculo (médias):

- Locação anual média: R\$ 144.000,00 por veículo;
- Aquisição média (0 km): R\$ 277.500,00 por veículo.

1. Locação

- Custo anual médio: R\$ 144.000,00;
- Custo em 02 anos: R\$ 288.000,00 por veículo;
- Para 02 veículos: R\$ 576.000,00;
- Inclusões: manutenção, IPVA, seguro, assistência e depreciação (a cargo da locadora).

2. Aquisição

- Custo médio de aquisição: R\$ 277.500,00 por veículo;
- Para 02 veículos: R\$ 555.000,00;
- Custos adicionais ao longo de 02 anos (estimativos):

- IPVA, seguro e manutenção: ≈ R\$ 50.000,00 por veículo.

• Custo total estimado em 02 anos:

- aproximadamente R\$ 327.500,00 por veículo;

- aproximadamente R\$ 655.000,00 para 02 veículos.

A análise comparativa entre a locação e a aquisição de veículos utilitários tipo pick-up cabine dupla a diesel, considerando o período de 02 (dois) anos e as médias de mercado apuradas, demonstra que a locação apresenta custo total estimado de aproximadamente R\$ 576.000,00 para dois veículos, enquanto a aquisição alcança cerca de R\$ 655.000,00 no mesmo período, já incluídos os custos de IPVA, seguro e manutenção. Embora o valor inicial de compra seja inferior ao custo direto da locação, a aquisição implica encargos administrativos, riscos patrimoniais e dificuldades procedimentais para futura alienação, inexistentes na modalidade de locação. Ademais, a locação assegura previsibilidade orçamentária, transferência dos riscos de depreciação e manutenção à contratada e maior flexibilidade para renovação da frota. Assim, considerando o horizonte temporal reduzido, a equivalência econômica e a maior eficiência administrativa, conclui-se que a locação se mostra a alternativa mais adequada ao atendimento do interesse público.

10. ESTIMATIVA PRELIMINAR DE PREÇO:

Para o sedan médio, estima-se custo de locação da ordem de R\$ 96.000,00 por veículo no período, resultando em aproximadamente R\$ 192.000,00 para a locação de 02 (dois) veículos. Já para a pick-up cabine dupla, a estimativa é de R\$ 288.000,00 por veículo por veículo em 02 anos, totalizando aproximadamente R\$ 576.000,00 para 02 (dois) veículos.

11. REQUISITOS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

() Será necessária a coleta de dados pessoais indispensáveis à execução do objeto contratual, para a qual se requererá prévia e fundamentada aprovação do TRE-BA.

() Regra: Toda a informação presente neste documento é classificada como pública, nos termos da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

() Há informação presente neste documento classificada como sigilosa, nos termos da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

() Há necessidade celebração de termo de confidencialidade e de termo de responsabilidade e compromisso de manutenção de sigilo.

NÃO SE APLICA.

12. ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Ao final do presente estudo, o qual segue datado e assinado eletronicamente, concluiu-se que a contratação é:

(X) Viável e necessária, tendo os estudos preliminares evidenciado que a solução é possível, técnica e economicamente.

() Inviável e desnecessária.



Documento assinado eletronicamente por **Raul Almeida da Paz, Chefe de Seção**, em 03/02/2026, às 11:46, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3703095** e o código CRC **2D8A6392**.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) DA CONTRATAÇÃO
ANEXO I – GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES DA CONTRATAÇÃO

UNIDADE DEMANDANTE (GESTORA DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO):	COSAD
---	-------

1 - CONTEXTO

Qual o bem/serviço que se pretende contratar?	Locação de 04 veículos para recomposição da frota do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA pelo período de 02 anos.
---	---

2 - IDENTIFICAÇÃO DOS EVENTOS DE RISCO*

**Evento de risco é QUALQUER SITUAÇÃO que, se ocorrer, poderá prejudicar o alcance do objetivo da contratação. De outra forma, TODO EVENTO que puder prejudicar o ÉXITO na contratação (bem/serviço contratado na data certa, feito com o trâmite processual mais adequado e com o melhor custo-benefício) é um evento de risco.*

2.1 IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS RISCO COMUNS*

**Eventos de Risco levantados e sugeridos pela COGELIC (lista exemplificativa). Ver Guia/Aba desta planilha: "EXEMPLOS DE RISCOS COMUNS".*

CONTROLES PREVENTIVOS	CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS	CONTROLES CORRETIVOS
Realizar uma pesquisa de mercado detalhada, abrangendo diversas fontes de informação, como relatórios de mercado, sites especializados, e feedback de usuários.	Deficiência na pesquisa de mercado realizada durante o estudo e na identificação das soluções disponíveis ; Deficiência na identificação da necessidade (demanda da Administração).	Estudo Técnico Preliminar Insatisfatório	Locação de veículos que não atendem às necessidades operacionais da instituição, resultando em baixa eficiência e insatisfação dos usuários. A falta de informações precisas pode levar a compras com preços acima do mercado ou a escolha de veículos com altos custos de manutenção e operação	Criar um plano de substituição para veículos que não atendem mais às necessidades, considerando a aquisição de novos modelos. Realizar uma análise de custo-benefício dos veículos adquiridos para entender melhor o impacto financeiro e operacional, e identificar oportunidades de economia.

CONTROLES PREVENTIVOS	CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS	CONTROLES CORRETIVOS
Normativo interno que disciplina a fase de planejamento da contratação e a elaboração do ETP Modelos de ETP Disponibilização de check list	Ineficiência na comunicação entre atores envolvidos no processo	Desconhecimento do rito processual do planejamento da contratação	Atraso na deflagração do processo de planejamento e na elaboração do ETP Atraso na deflagração do processo de contratação Excesso de diligências no processo de planejamento até a aprovação do ETP Formação de gargalos nas unidades que processam a contratação, por conta do acúmulo de processos devido ao descumprimento do cronograma	Treinamento dos servidores das unidades demandantes

CONTROLES PREVENTIVOS	CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS	CONTROLES CORRETIVOS
Correta identificação da necessidade (demanda da Administração) Realização de estudo técnico preliminar consistente Utilização dos modelos de ETP Correta delimitação no ETP da qualificação necessária à execução do objeto, em face da legislação vigente e da realidade de mercado	Deficiências na análise da necessidade (demanda da Administração) Deficiência na pesquisa da legislação atinente ao objeto Deficiência na fixação de requisitos de qualificação Deficiência na pesquisa de mercado realizada durante o estudo e na identificação das soluções disponíveis	Contratação de fornecedor sem a qualificação necessária	Contratação de fornecedor sem a qualificação necessária	Inexecução contratual Rescisão do contrato Reiteradas apurações de responsabilidade contratua

2.2 IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCO PECULIARES À ESTA CONTRATAÇÃO

CONTROLES PREVENTIVOS	CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS	CONTROLES CORRETIVOS
Desenvolver um plano de contingência que inclua fornecedores alternativos, para que, em caso de problemas com o fornecedor principal, a instituição possa rapidamente acionar outra empresa para suprir a demanda.	Dificuldades na cadeia de suprimentos, como escassez de peças, falhas na produção ou transporte, podem impedir que os fornecedores cumpram os prazos de entrega.	Possibilidade de que os fornecedores não consigam entregar a quantidade de veículos solicitada, resultando em atrasos nas operações do TRE-BA	A falta de veículos suficientes pode levar a atrasos nas operações do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), comprometendo a realização de atividades essenciais, como transporte de equipes para fiscalizações, logística de eventos eleitorais e atendimento ao público. Isso pode resultar em uma diminuição da eficiência e da eficácia dos serviços prestados, além de impactar negativamente a imagem institucional do TRE-BA perante a sociedade.	Realizar uma análise detalhada das entregas recebidas, identificando quaisquer falhas ou discrepâncias em relação ao que foi contratado. Isso ajuda a entender as causas dos problemas e a tomar medidas para corrigi-los.

CONTROLES PREVENTIVOS	CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS	CONTROLES CORRETIVOS
-----------------------	--------	-----------------	---------------	----------------------

Promover treinamentos regulares para a equipe responsável pela aquisição e gestão da frota. Isso inclui capacitação sobre critérios de seleção de fornecedores, análise de propostas e avaliação de veículos. Uma equipe bem treinada pode identificar melhor as necessidades da instituição e garantir que as aquisições sejam feitas de forma mais eficiente e alinhada às expectativas	Ausência de um rigoroso sistema de controle de qualidade durante a fabricação dos veículos, isso pode resultar em produtos que não atendem às especificações técnicas. Problemas como a utilização de materiais inadequados, processos de montagem deficientes ou falta de testes de segurança podem comprometer a qualidade e a funcionalidade dos veículos entregues.	os veículos entregues podem não atender às especificações técnicas ou padrões de qualidade exigidos, comprometendo a segurança e a funcionalidade.	Se os veículos entregues não atenderem às especificações técnicas ou padrões de qualidade, isso pode resultar em custos adicionais para reparos, manutenção frequente e até mesmo a necessidade de substituição antecipada dos veículos. Além disso, a ineficiência operacional pode levar a interrupções nas atividades do TRE-BA, impactando negativamente a produtividade e a imagem da instituição.	Após a entrega dos veículos, realizar uma avaliação detalhada para verificar se as especificações técnicas e padrões de qualidade foram atendidos.
---	---	--	---	--

CONTROLES PREVENTIVOS	CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS	CONTROLES CORRETIVOS
Desenvolver um plano logístico que inclua cronogramas de entrega, rotas otimizadas e identificação de possíveis gargalos. Isso deve ser feito em conjunto com os fornecedores para garantir que todos os aspectos da entrega sejam considerados e que haja um cronograma realista.	A ausência de uma comunicação clara e eficaz entre os fornecedores e as transportadoras pode resultar em atrasos na entrega, dificultando o cumprimento dos prazos estabelecidos.	Dificuldades logísticas na entrega dos veículos podem atrasar a implementação de serviços essenciais.	O atraso na entrega dos veículos pode comprometer a execução de serviços essenciais, como transporte de equipes para atividades eleitorais, afetando a eficiência e a operação do TRE-BA.	Caso ocorram atrasos na entrega, desenvolver e implementar um plano de contingência que inclua alternativas de transporte temporárias ou a utilização de veículos de outras instituições para garantir que os serviços essenciais não sejam interrompidos. Isso pode incluir acordos prévios com empresas de locação de veículos

3- ANÁLISE/AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO DOS EVENTOS

Considerando os **controles existentes**, para cada evento de risco listado no item 2, informe:

EVENTO DE RISCO (R1, R2, ETC.)	PROBABILIDADE* *DICA: a probabilidade de ocorrência de um evento de risco relaciona-se com a probabilidade de ocorrência de suas CAUSAS (ver item 2).	IMPACTO* *DICA: impacto da ocorrência de um evento de risco NOS OBJETIVOS da contratação relaciona-se com a probabilidade de ocorrência de suas CONSEQUÊNCIAS (ver item 2).	RISCO RESIDUAL (A SER TRATADO)	AÇÕES	RESPOSTA AO RISCO
R1- Estudo Técnico Preliminar Insatisfatório	2	2	4	(Muito)Baixo - MONITORAR	
R2 - Desconhecimento do rito processual do planejamento da contratação	2	2	4	(Muito)Baixo - MONITORAR	
R3 - Contratação de fornecedor sem a qualificação necessária	2	2	4	(Muito)Baixo - MONITORAR	
R4 - Possibilidade de que os fornecedores não consigam entregar a quantidade de veículos solicitada, resultando em atrasos nas operações do TRE-BA	2	2	4	(Muito)Baixo - MONITORAR	
R5 - os veículos entregues podem não atender às especificações técnicas ou padrões de qualidade exigidos, comprometendo a segurança e a funcionalidade.	1	5	5	(Muito)Baixo - MONITORAR	
R6 - Dificuldades logísticas na entrega dos veículos podem atrasar a implementação de serviços essenciais.	2	2	4	(Muito)Baixo - MONITORAR	
R7 -			0	(Muito)Baixo - MONITORAR	
R8 -			0	(Muito)Baixo - MONITORAR	
R9 -			0	(Muito)Baixo - MONITORAR	
R10 -			0	(Muito)Baixo - MONITORAR	

4- TRATAMENTO E COMUNICAÇÃO DOS EVENTOS DE RISCO

Considerando os **controles existentes**, para cada evento de risco listado no item 3, informe:

EVENTO	AÇÕES DE TRATAMENTO (O que pode ser feito para que esse evento de risco não ocorra OU tenha seu impacto minimizado?)	PRAZOS DAS AÇÕES (Quando serão realizadas as ações?)	COMUNICAÇÃO 1-Há necessidade de providências de outras unidades? 2-Como irá se comunicar com essa unidade? 3-Com qual frequência?
R1			
R2			
R3			
R4			
R5			
R6			
R7			
R8			
R9			
R10			

LEVANTAMENTO DE EVENTOS DE RISCO COMUNS A TODO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DE BEM OU SERVIÇO*

*Tabela exemplificativa

CONTROLES PREVENTIVOS (atuam nas CAUSAS a fim de EVITAR que o evento se materialize)	CAUSAS	EVENTOS DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS	CONTROLES CONTINGENCIAIS (atuam nas consequências, são previstos com antecedência, mas só entram em ação CASO O EVENTO VENHA A OCORRER visando MINIMIZAR O IMPACTO NEGATIVO)
Estruturação da governança de contratações Sistema de gestão colegiada, expressa por meio do Comitê Gestor de Orçamento e Aquisições – CgeOA, apoiado pelo Diretor-Geral, e pelo Conselho de Governança Plano Anual de Contratações – PLANCONT, contendo cronograma das contratações do exercício Atos normativos regulamentadores das contratações Modelos de ETP Disponibilização de check lists Assinatura do gestor convalidando os atos praticados Planejamento estratégico, tático ou operacional com diretrizes claras e objetivas para os gestores Sistema de controles internos estruturados ao longo do processo Treinamento e capacitação Segregação de funções Estruturação da governança de contratações Sistema de gestão colegiada, expressa por meio do Comitê Gestor de Orçamento e Aquisições – CgeOA, apoiado pelo Diretor-Geral, e pelo Conselho de Governança Plano Anual de Contratações – PLANCONT, contendo cronograma das contratações do exercício Normativo interno que disciplina a fase de planejamento da contratação e a elaboração do ETP Modelos de ETP Disponibilização de check list Estruturação da governança de contratações Sistema de gestão colegiada, expressa por meio do Comitê Gestor de Orçamento e Aquisições – CgeOA, apoiado pelo Diretor-Geral, e pelo Conselho de Governança Plano Anual de Contratações – PLANCONT, contendo cronograma das contratações do exercício Acompanhamento dos prazos previstos no PLANCONT Normativo interno que disciplina a fase de planejamento da contratação e a elaboração do ETP Monitoramento dos processos de contratações de responsabilidade da Secretaria/unidade administrativa superior à unidade demandante Modelos de ETP Disponibilização de check list Correta identificação da necessidade (demanda da Administração) Realização de estudo técnico preliminar consistente Utilização dos modelos de ETP Correta delimitação no ETP da qualificação necessária à execução do objeto, em face da legislação vigente e da realidade de mercado	1) Deficiência na identificação da necessidade (demanda da Administração) 2) Deficiência na fixação dos requisitos mínimos da contratação 3) Deficiência na pesquisa de mercado realizada durante o estudo e na identificação das soluções disponíveis 4) Elaboração de referência de preços inadequada em face da solução escolhida 5) Deficiência na escolha da solução mais viável, técnica e economicamente, para satisfazer a demanda 6) Elaborar ETP com agrupamento indevido ou parcelamento inadequado. 7) ETP usado como mera formalidade 8) Repetição de estudos anteriores sem que haja pesquisa sobre novas soluções de mercado e/ou normativos existentes ou demonstração de que a solução anteriormente escolhida alcançou os resultados esperados e continua sendo a mais viável	Estudo Técnico Preliminar Insatisfatório (ETP deve ser uma PESQUISA ou, como o próprio nome diz, um ESTUDO de mercado que objetiva verificar qual a melhor solução para resolver determinado problema. Essa solução pode ser até mesmo algo que não necessite de contratação. Portanto, ETP NÃO é mero preenchimento de um documento).	1) Inconsistências no termo de referência/projeto básico 2) Dificuldade de estimar preço 3) Insuficiência de recursos em face do mal dimensionamento do objeto 3) Excesso de diligências durante a tramitação que atrasam a conclusão e a entrega final do processo: bem/serviço contratado 4) Restrição indevida à competitividade 5) Impugnações e pedidos de esclarecimentos durante a licitação 6) Mandados de segurança/representações em face do edital de contratação 5) Contratações desertas ou fracassadas 5) Contratação de solução inadequada ou insuficiente para atendimento da necessidade do Tribunal 6) Sucessivas alterações contratuais para adequação da solução à real necessidade do órgão 7) Penalizações decorrentes de reiterados descumprimentos contratuais em razão da inviabilidade de execução do objeto	Revisão do ETP Revisão do TR/PB Revisão da minuta do edital Apurar responsabilidade contratual e executar penalizações previstas no TR Responsabilização do agente Repetição da licitação Realizar nova licitação Celebrar contrato emergencial
	Falta de orientação acerca dos normativos internos e do fluxograma do processo de planejamento Ineficiência na comunicação entre atores envolvidos no processo Desinteresse no conhecimento dos normativos e dos modelos de artefatos	Desconhecimento do rito processual do planejamento da contratação	Atraso na deflagração do processo de planejamento e na elaboração do ETP Atraso na deflagração do processo de contratação Excesso de diligências no processo de planejamento até a aprovação do ETP Formação de gargalos nas unidades que processam a contratação, por conta do acúmulo de processos devido ao descumprimento do cronograma Atraso na conclusão da entrega do bem/serviço contratado Devolução de orçamento não executado	Treinamento dos servidores das unidades demandantes Prorrogação excepcional de contrato vigente Celebração de contrato emergencial
	Desconhecimento da estruturação da governança de contratações Inobservância ao cronograma do PLANCONT Inobservância ao normativo interno que disciplina a fase de planejamento da contratação Desconhecimento dos modelos de ETP Excesso de demandas por parte do gabinete e da Secretaria/ unidade administrativa superior à da demandante, ou por parte do CGovTic, responsáveis pela aprovação do ETP Não utilização do check list de aprovação do ETP	Atraso na aprovação do ETP	Atraso na deflagração do processo de contratação Atraso na entrega do bem/serviço contratado Formação de gargalos nas unidades que processam a contratação, por conta do acúmulo de processos devido ao descumprimento do cronograma Devolução de orçamento não executado	Prorrogação excepcional de contrato vigente Celebração de contrato emergencial
	Deficiências na análise da necessidade (demanda da Administração) Deficiência na pesquisa da legislação atinente ao objeto Deficiência na fixação de requisitos de qualificação Deficiência na pesquisa de mercado realizada durante o estudo e na identificação das soluções disponíveis	Contratação de fornecedor sem a qualificação necessária	Inexecução contratual Rescisão do contrato Reiteradas apurações de responsabilidade contratual Apontamentos pelos controles interno e externo	Contratação de remanescente Celebração de contrato emergencial

Escala de Probabilidade

DESCRIÇÃO	PROBABILIDADE	NÍVEL
Muito Baixo	Poderá ocorrer em circunstâncias excepcionais.	1
Baixo	Não se espera que ocorra.	2
Médio	Pode ocorrer em algum momento	5
Alto	Provavelmente ocorrerá.	8
Muito Alto	Praticamente certa. As circunstâncias indicam claramente a possibilidade do evento ocorrer.	10

NÍVEL	DESCRIÇÃO
1	Muito baixo
2	Baixo
5	Médio
8	Alto
10	Muito alto

Matriz Impacto x Probabilidade (Nível de Risco)

Nível de Risco		Probabilidade				
		1	2	5	8	10
		Muito Baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
Impacto	10 Muito Alto	10	20	50	80	100
	8 Alto	8	16	40	64	80
	5 Médio	5	10	25	40	50
	2 Baixo	2	4	10	16	20
	1 Muito Baixo	1	2	5	8	10

Escala para classificação de níveis de risco

Risco Muito Baixo/Baixo	Risco Médio	Risco Alto	Risco Muito Alto
0– 9,99	10-39,99	40-79,99	80-100

Critérios para priorização e tratamento de riscos

Nível de Risco	Descrição	Diretrizes para Resposta
Muito Alto	Nível de risco muito além do apetite a risco da organização.	Qualquer risco nesse nível deve ser comunicado à governança e alta administração e ter uma resposta imediata. Postergação de medidas só com autorização do dirigente máximo.
Alto	Nível de risco além do apetite a risco da organização.	Qualquer risco nesse nível deve ser comunicado a alta administração e ter uma ação tomada em período determinado. Postergação de medidas só com autorização do dirigente de área.
Médio	Nível de risco dentro do apetite a risco da organização.	Geralmente nenhuma medida especial é necessária, porém requer atividades de monitoramento específicas e atenção da gerência na manutenção de respostas e controles para manter o risco nesse nível, ou reduzi-lo sem custos adicionais.
Muito Baixo/Baixo	Nível de risco dentro do apetite a risco da organização.	É possível que existam oportunidades de maior retorno que podem ser exploradas assumindo-se mais riscos, avaliando a relação custo x benefícios, como diminuir o nível de controles.

Respostas a Riscos

RISCO ALTO - TRANSFERIR - MITIGAR	RISCO MUITO ALTO - EVITAR - TRANSFERIR - MITIGAR
RISCO MUITO BAIXO/BAIXO - ACEITAR	RISCO MÉDIO - MITIGAR

Aceitar
Mitigar
Transferir

Evitar

Escala de Impacto

IMPACTO
Irrelevante para o alcance do objetivo organizacional e/ou do processo de trabalho associado; não compromete a execução do processo associado; e/ou causa quantidade insignificante de desconformidades com a legislação vigente; e/ou não leva a responsabilização do gestor por ato de improbidade.
Pouco importante para o alcance do objetivo organizacional e/ou do processo de trabalho associado; não compromete a execução do processo associado; e/ou causa pequena quantidade de desconformidades com a legislação vigente; e/ou não leva a responsabilização do gestor por ato de improbidade.
Importante para o alcance do objetivo organizacional e/ou do processo de trabalho associado; não compromete a execução do processo associado; e/ou causa média quantidade de desconformidades com a legislação vigente; e/ou leva à responsabilização do gestor por ato de improbidade em baixo grau.
Muito importante para o alcance do objetivo organizacional e/ou do processo de trabalho associado; dificulta a execução do processo associado; e/ou causa grande quantidade de desconformidades com a legislação vigente; e/ou leva à responsabilização do gestor por ato de improbidade em médio grau.
Essencial para o alcance do objetivo organizacional e/ou do processo de trabalho associado; impede a execução do processo associado; e/ou causa múltiplas desconformidades com a legislação vigente; e/ou leva à responsabilização do gestor por ato de improbidade em alto grau.

Avaliação do Risco do Controle

NÍVEL DE CONFIANÇA	AVALIAÇÃO DO DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DOS CONTROLES (ATRIBUTOS DO CONTROLE)
1 – Inexistente Nível de confiança - 0% (0,0)	Controles inexistentes, mal desenhados ou mal implementados, isto é, não funcionais.
2 – Fraco Nível de confiança - 25% (0,25)	Controles têm abordagens <i>ad hoc</i> , tendem a ser aplicados caso a caso, a responsabilidade é individual, havendo grau de confiança no conhecimento das pessoas, em geral realizado de maneira manual.
3 –Mediano Nível de confiança - 50% (0,50)	Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas.
4 – Satisfatório Nível de confiança - 75% (0,75)	Controles implementados e sustentados por ferramentas adequadas e, embora passíveis de aperfeiçoamento, mitigam o risco satisfatoriamente.
5 – Forte Nível de confiança - 95% (0,95)	Controles implementados podem ser considerados a “melhor prática”, mitigando todos os aspectos relevantes do risco.

Categorias de riscos	
Riscos estratégicos	São os relacionados à tomada de decisão pela Alta Administração, que podem impactar diretamente o atingimento dos objetivos estratégicos.
Riscos operacionais	São os relacionados a procedimentos ou processos internos.
Riscos de conformidade	São os relacionados ao não atendimento à legislação, normas e procedimentos vigentes.
Riscos de imagem	São os que podem comprometer a imagem da instituição junto à população ou a outros órgãos da Administração Pública.
Riscos-chave	São os estratégicos e os que, em função do impacto potencial ao TRE-BA, devem ser conhecidos pela Alta Administração.
Riscos de integridade	São os relacionados à corrupção, fraudes, irregularidades e/ou desvios éticos de conduta, que possam comprometer os valores e padrões preconizados pela Instituição e a realização de seus objetivos.

RISCO DO CONTROLE
1 (muito alto)
0,75 (alto)
0,5 (médio)
0,25 (baixo)
0,05 (muito baixo)

1 1

2 0.75

3 0.5

4 0.25

5 0.05